

Comunidade organizada

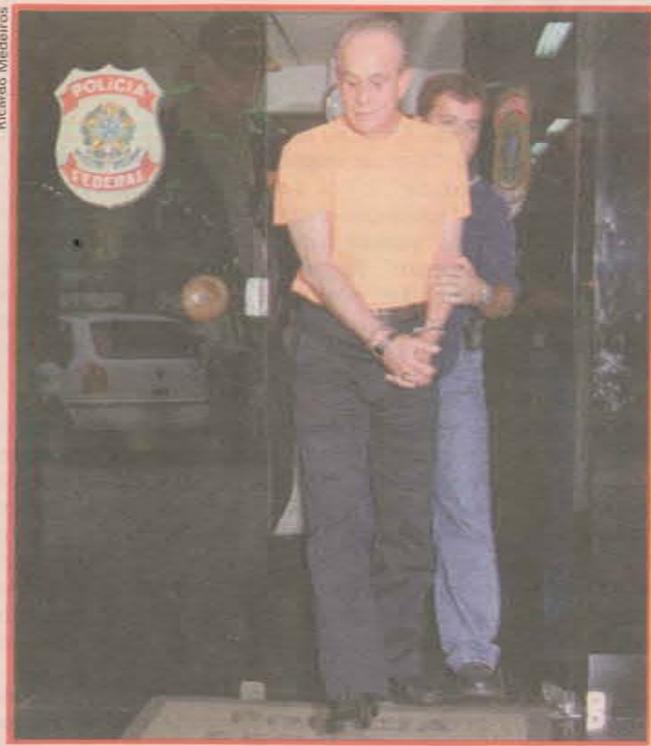
A102835-1



UM ANO DE MISSÃO ESPECIAL

A GAZETA

Ricardo Medeiros



DINHEIRO

Considerado pela missão o gerente financeiro do crime organizado no Estado, Carlos Guilherme Lima foi um dos primeiros a serem presos

Nestor Müller



MORTES

O coronel Walter Ferreira, acusado de crimes de mando e alvo de vários processos, está no presídio da Papudinha, no Acre, desde dezembro

Fábio Vicentini



REAÇÃO

Odessi Júnior, o 'Lumbrigão', acusado de matar o juiz Alexandre Martins, foi capturado; mandante do crime ainda não foi descoberto pela polícia

Estado começa a vencer a impunidade

Braço armado, braço financeiro, braço político. Os tentáculos do crime organizado no Espírito Santo já não têm a mesma força de 12 meses atrás. Ao completar ontem um ano no Estado, a chamada 'missão especial' deixa para os capixabas uma forte sensação: a de que a impunidade - um problema histórico - começou a ser vencida.

O braço da repressão ao crime está pesando mais. Assim avaliaram autoridades políticas e os próprios envolvidos no enfrentamento à lavagem de dinheiro, sonegação fiscal, enriquecimento ilícito, improbidade administrativa, atuação de grupos de exterminio e tráfico de drogas.

Dentre as ações consideradas mais importantes nestes 12 meses estão as prisões do ex-presidente da Assembleia Legislativa José Carlos Gratz - acusado de compor a espinha dorsal do crime organizado no Legislativo- e do empresário Carlos Guilherme Lima - apontado como o gerente financeiro do crime organizado.

Um ano após a criação do grupo de trabalho contra o crime organizado, ações contra políticos, empresários e coronéis demonstram que o problema histórico vem sendo superado

LÚCIA GARCIA E NUNO MORAES

suspeito de ser o braço armado da organização criminosa - também foi apontada como uma das ações mais importantes da missão, em conjunto com MPES. Ele está detido no presídio da Papudinha, no Acre, acusado da morte do presidente do Sindirodoviários, João Nato Juliana, ocorrida em 1997.

Também é apontada como relevante a prisão do empresário Sebastião Pagotto, acusado de ser o

A denúncia do MPES contra Gratz - em que é solicitada a sua prisão preventiva - não foi uma ação direta do grupo de elite. Mas é considerada um reflexo da atuação da missão, que levou à união do Ministério Público Federal e do Estadual, das polícias Civil, Militar, Federal e Rodoviária Federal. Integração que não existia, conforme avaliou o governador Paulo Hartung (PSB).

"Num primeiro momento, a

tes do crime organizado. O procurador Ronaldo Albo - que atua na missão especial - enfatizou que "é preciso continuar a vigília". "Evidente que conseguimos muitas vitórias, mas temos que dar continuidade aos trabalhos. O crime organizado não está morto", frisou Albo.

Coordenador da ações dos procuradores, o sub-procurador da República José Roberto Santoro completou as afirmações de Albo afirmando que a missão continuará atuando. "Temos que cumprir um cronograma de ações. Agora estamos na fase de oferecer denúncias, e virão muitas", concluiu.

Crimes insolúveis marcam o passado

Vários crimes de conotação política, atribuídos ao crime organizado, foram registrados no Espírito Santo, a partir do fim da década de 80, e permanecem ainda sem solução. Crimes como os assassinatos da colunista social Maria Nilce Magalhães, do ex-prefeito da Serra José Maria Feu Rosa, do advogado Carlos Batista de Freitas, do deputado estadual Antônio Filho e do pistoleiro Manoel Côrrea da Silva Filho.

Durante o ano de 1989, a colunista Maria Nilce Magalhães manteve uma polêmica coluna social no "Jornal da Cidade". Naquele ano, ela foi morta com vários tiros que teriam sido disparados pelo pistoleiro José Sasso - que posteriormente foi envenenado na prisão -, quando chegava numa academia de ginástica, na Praia do Canto, em Vitória.

O ex-prefeito da Serra José Maria Feu Rosa e seu motorista, Itagildo de Souza, foram executados a tiros em 8 de junho de 1990 em Itabela, Bahia. Segundo investigações da polícia, o então prefeito havia criado uma comissão para apurar as irregularidades administrativas no órgão público. Por não aceitar uma licitação com superfaturamento em benefício de uma empresa e uma oferta em dinheiro para deixar a prefeitura, acabou executado.

O vice-prefeito Adalto Martinelli foi acusado de ser um dos mandantes do crime, juntamente com os empresários Toninho Roldi e Alberto Ceolin.

O advogado Carlos Batista era advogado dos policiais militares presos como executores do prefeito José Maria Feu Rosa e foi morto na casa de Adalto Martinelli, segundo o inquérito policial. O corpo, porém, nunca apareceu.

O assassinato do deputado estadual Antônio Filho, 42 anos, acabou sendo um dos que mais abalaram a sociedade capixaba: o crime acabou sendo transmitido ao vivo pela rádio Tropical FM para cerca de 30 mil ouvintes, no dia 31 de dezembro de 1997. Antônio apresentava seu programa especial de Réveillon, quando foi morto com 10 tiros de pistola calibre 380.

Propina

No processo que levou à prisão de Gratz e Lima, eles são acusados de participar de um esquema de pagamento de propina a deputados para reeleger o ex-deputado presidente da Casa, em 2000. Gratz foi solto pela Justiça no dia 24 de junho. Já Lima está detido no Mosesp II, Viana desde outubro de 2002.

Contra Gratz tramita, no Tribunal de Justiça (TJ), outro pedido de prisão preventiva, no caso em que é acusado de atos de improbidade administrativa pelo Ministério Público Estadual (MPES).

A prisão do coronel da Polícia Militar Walter Gomes Ferreira -

bastião Pagotto, acusado de ser o mandante do assassinato do advogado Marcelo Denadai, ocorrido em abril de 2002. Este foi o crime que levou a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) a pedir intervenção federal no Estado. Pagotto está preso na Delegacia de Vila Velha.

A prisão de Odessi Martins da Silva Júnior, o *Lumbrigão*, é outra ação considerada fundamental para o combate ao crime organizado. No dia 24 de março, ele teria dado o tiro de misericórdia no juiz Alexandre Martins de Castro Filho, um dos magistrados que atuava na missão. *Lumbrigão* encontra-se detido em um dos presídios do sistema carcerário do Estado

"Num primeiro momento, a missão veio para o Estado sem apoio das forças locais, porque estas não eram confiáveis. No Espírito Santo, era um vale-tudo, de desvio de corrupção, de tudo. As nossas vitórias estão ligadas à união das forças estaduais e federais, principalmente nos últimos sete meses", frisou Hartung.

Intimidação

Mesmo relatando vitórias, as autoridades reconhecem que o crime organizado ainda atua no Espírito Santo. Uma prova disso foi a execução do juiz Alexandre Martins, ato considerado uma forma de intimidação dos integrantes

Carlos Alberto da Silva



BLOQUEIO

Após 117 dias preso, Gratz deixou a carceragem da PF por decisão do STJ. Ele, no entanto, é alvo de novo pedido de prisão e está com os bens bloqueados

Prisão de Gratz foi a mais polêmica

Uma das ações da missão especial de combate ao crime organizado no Estado que gerou mais polêmica, nestes últimos 12 meses, foi a prisão do ex-presidente da Assembleia Legislativa José Carlos Gratz. Ele permaneceu detido na carceragem da Polícia Federal (PF), em Vila Velha, do dia 28 de fevereiro a 24 de junho, mas acabou solto por determinação do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília.

A prisão de Gratz ocorreu devido à denúncia, formulada pelo Ministério Público Federal (MPF), na qual é o ex-deputado é acusado de participar de um esquema de pagamento de propina a deputados, para conseguir se reeleger presidente do Legislativo, em 2000. A ação penal atinge ainda o empresário Carlos Guilherme Lima, acusado de ser o gerente financeiro

do crime organizado no Estado. Este, porém, permanece preso no Mosesp II, em Viana, desde dezembro.

Além de Gratz e Lima, os deputados reeleitos Sergio Borges (PMDB), José Tasso (PTC), Gilson Gomes (PFL), Luiz Carlos Moreira (PMDB), Fátima Couzi (sem partido), Gilson Amaro (PRTB) e Marcos Gazzani (PGT); ex-parlamentares; ex-funcionários da Assembleia e ex-dirigentes da corretora de valores Santos Neves, de Vitória, também são suspeitos de participarem do esquema.

Sooretama

Mas apesar de Gratz estar respondendo este processo em liberdade, no mesmo dia em que ele saiu da prisão, o Ministério Público Estadual (MPES) protocolou um pedido de

prisão preventiva contra o ex-deputado. O pedido está sendo apreciado pelo desembargador Antônio Antolini, do Tribunal de Justiça (TJ).

Neste caso, Gratz é acusado de participar de um esquema de desvio de verba pública - no valor de R\$ 1,046 milhão - da prefeitura de Sooretama. O dinheiro teria sido repassado para a prefeitura, pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), por meio da Assembleia. Os recursos seriam para realizar obras de saneamento naquele município, mas estas não foram realizadas.

O MPES chegou a pedir o bloqueio dos bens de Gratz. Mas, no dia 4, o juiz Carlos Roberto Amorim, da Comarca de Linhares, rejeitou o pedido. Ele, no entanto, voltou atrás na sua decisão, dia 8, e tornou indisponível o patrimônio do ex-deputado.

PF ainda tem 60 inquéritos em curso

Ao todo, cem inquéritos instaurados. Esse é o saldo da participação da Polícia Federal na missão, durante um ano de atuação no Estado. Desse total, 40 foram relatados e 60 inquéritos estão em curso. Há ainda outras sete operações policiais a serem realizadas. Na avaliação do delegado de Polícia Judiciária da PF, Hélio Afonso Dias Leite, o resultado desses 12 meses de trabalho foi de "êxito pleno".

"O que se desejou da missão, num primeiro momento, foi obtido: estancar a onda de violência, que gerava o medo da população, e punir os agentes públicos que atuavam no crime organizado. Estes, por sua vez, estão sendo, quase todos, investigados e processados. Alguns até 'presos', frisou Hélio, que atualmente gerencia as atividades da missão especial no Estado.

Dentre os 100 inquéritos, Hélio destaca 17, como os mais importantes. Considerado 'inquérito mãe', o de número 104 originou outras investigações. Ele foi instaurado para apurar crimes contra o sistema financeiro nacional, lavagem de dinheiro, agiotagem, sonegação fiscal, extorsão e fraude em licitação. "Foi o 104 que gerou a apuração de fraudes nas prefeituras do Estado. Mas este está tramitando em segredo, e não posso dar detalhes do caso", ressaltou o delegado.

Disque-denúncia

Outro saldo comemorado pela missão é a quantidade de ligações feitas pela população, ao disque-denúncia, através do telefone 3314-4490. Até sexta-feira, às 17 horas, haviam sido registradas 1.780.

Em um ano de informações, o perfil das pessoas denunciadas mudou. No ano passado, as autoridades e funcionários públicos correspondiam a 58% das denúncias. Neste primeiro semestre, eles representam 39% das informações. Em contrapartida, os cidadãos comuns passaram a ser os maiores alvos de denúncias, 45% no total. Em 2002, estes atingiam a percentagem de 14%.

Outra alteração no disque-denúncia foi no tipo de delito. Neste ano, crimes diversos (homicídio, prostituição, etc) representam 38% das ligações. Em 2002, eles correspondiam a 10%.

Credibilidade e crescimento

Pedro Malan

O Brasil é um país extraordinário, mas complexo e difícil de governar, como cedo descobrem aqueles que se propõem a fazê-lo, combinando as éticas da convicção e da responsabilidade.

Uma coisa é a eloquência dos discursos eleitorais, marcados por certezas, promessas e propostas de soluções para todo tipo de problema. Outra coisa, à qual o discurso eleitoral precisa (por vezes penosamente) se adequar, é o pragmatismo responsável a que estão obrigados aqueles que, no exercício do Governo, têm de lidar com recursos escassos, com inevitáveis conflitos de interesse e, no dia-a-dia, com as incertezas, os riscos e as conseqüências de suas inescapáveis decisões - e não apenas as operacionais.

Com efeito, numa democracia de massas, a sociedade civil é uma inesgotável fonte de demandas dirigidas ao Governo - que é obrigado a tentar lhes dar respostas. A quantidade e a rapidez com que emergem essas demandas - e as expectativas de que sejam atendidas - são de tal ordem que poucos sistemas políticos podem a elas responder adequadamente, pelo menos nos prazos esperados pelos demandantes.

Norberto Bobbio sintetizou bem a questão: a democracia tem a demanda fácil e a resposta difícil; a autocracia, ao contrário, não só está em condições de controlar a demanda e torná-la mais difícil (por ter sufocado a sociedade civil) como é efetivamente muito mais rápida nas respostas (por não ter de observar os complexos procedimentos decisórios próprios de um regime democrático).

Esse é o grande desafio de qualquer Governo democrático. É um desafio ainda maior no Brasil, por duas razões. Primeiro, porque somos uma sociedade ainda injusta, com carências e mazêlas sociais que são ética e politicamente incompatíveis com o grau de civilização que acreditamos haver alcançado. Segundo, porque o próprio Governo atual, no curso de sua longa (e afinal bem-sucedida) caminhada para chegar ao

poder, alimentou e exacerbou muitas dessas demandas, gerando a expectativa de que seriam atendidas no espaço de sua gestão. Esta observação não é uma crítica a um legítimo procedimento democrático. É a constatação de uma situação objetiva que o novo Governo está sendo obrigado a enfrentar. As mudanças, as reformas, o desenvolvimento econômico e social, que pareciam - no discurso - simples conseqüências do exercício de "vontade política", parecem - na prática - muito mais complexos, dados os reais conflitos de interesse envolvidos e a capacidade de vocalização dos setores mais organizados da sociedade civil - que nem sempre representam a desorganizada e esperançosa maioria.

No entanto, é assim que o país avança. Meu velho mestre e querido amigo Albert O. Hirschman tem uma pertinente observação sobre esse processo: "... um genuíno processo político-democrático significa que muitos dos que dele participam têm apenas uma opinião inicial aproximada e um tanto incerta sobre várias questões da política pública. Não obstante o ar de certeza com que anunciam as suas posições, as posturas mais definidas de muitos emergem apenas no curso dos debates e deliberações sobre o tema... A principal função desses debates é a de desenvolver novas informações e novos argumentos. Como resultado, posições finais podem, eventualmente, ficar a alguma distância daquelas inicialmente mantidas - e não apenas como resultado de compromisso político com forças opostas."

Quero crer que esse processo esteja em curso no Brasil. Alguém já o disse: ainda não sabemos se, como e em que extensão o Governo do PT vai mudar o país; mas já sabemos uma coisa: o Brasil mudou e vem mudando o PT ou, pelo menos, parte dele. Como eu acho que, no geral, o Brasil não vem mudando para pior e que, apesar de seus inúmeros e inegáveis problemas, tende a melhorar, o que foi escrito acima deve ser visto como expressão de cautelosa confiança no futuro.

De fato, em artigo anterior, publicado neste mesmo espaço, procurei fazer justiça à condução pragmática e responsável de política macroeconômica por parte do novo Governo em seus primeiros seis meses, confirmando um processo de mudança de postura que se havia tornado mais claro desde junho do ano passado e continuado durante a transição.

Ao mesmo tempo, e no mesmo artigo, expressei preocupação com a intensidade de algumas interpretações correntes, inclusive de dentro do Governo, sobre a transitoriedade desta fase inicial que estaria prestes a ser concluída, quando, então, o Governo Lula assumiria ou mostraria sua "verdadeira face".

O próprio presidente pareceu endossar essa idéia ao anunciar, para o mês de julho, em famoso improviso, o início do "espetáculo do crescimento". Felizmente, o realista texto lido pelo presidente em São Paulo no dia 4 de julho menciona a "reativação gradativa da economia rumo à retomada do crescimento sustentado", enfatizando que "não há mágicas, não

há sustos, não há coelhos a tirar da cartola"; que "o crescimento exige muito trabalho e seriedade"; e que a estabilidade macroeconômica "reconquistada é o nosso alicerce" sobre o qual "vamos construir o edifício do desenvolvimento". Registro a ponderação dessas palavras lidas, porque a credibilidade do Governo e a confiança no Governo são alicerces indispensáveis em qualquer processo sustentado de desenvolvimento econômico e social. Não são os únicos.

O Brasil é um país em construção. Uma construção que não se inicia agora, e que não estará "concluída" em uma geração, muito menos em uma administração. Uma construção que precisa de alguns pilares imprescindíveis, além da credibilidade e da confiança iniciais que um Governo possa inspirar. Na verdade, a preservação da credibilidade e da confiança depende de avanços na consolidação de quatro processos principais:

Estabilidade macroeconômica - que, vale repetir, não é e nunca foi um fim em si mesmo; estabilidade político-institucional, administrativa e jurídica; políticas setoriais para o setor produtivo, focadas no aumento da produtividade, da competição e da eficiência dos marcos regulatórios, com a necessária clareza e previsibilidade de regras que permitam um clima favorável ao investimento privado e público; e eficiência operacional do Estado (nos três níveis de Governo) na utilização de recursos públicos e na mobilização da sociedade civil, para alcançar, ao longo do tempo, objetivos sociais em relação aos quais há hoje unanimidade no Brasil, pelo menos no nível de generalidade com que são usualmente formulados.

É fácil falar e escrever. É difícil fazer. Mas não há alternativa senão tentar. E só não erra quem não faz, tenta e decide. Todo e qualquer Governo, em qualquer parte do mundo, tem suas cotas de acertos e desacertos. O Governo Lula não é - e não será - exceção.

O Brasil não vem mudando para pior e tende a melhorar

COMPRO OU VENDO

Luiz Carlos Mendonça de Barros

Dois coelhos, uma só cajadada

A reviravolta dos últimos dias no encaminhamento da reforma da Previdência pegou a todos de surpresa. A grande maioria da opinião pública já estava acreditando que o Governo Lula, dado ao apoio popular que tem hoje e o caráter centralizador e autoritário do comando político PT, poderia até fazer chover no deserto. Mesmo com a forte resistência dos funcionários públicos, principalmente no todo poderoso Judiciário, esperava-se que o projeto do Governo em discussão na Câmara dos

em vigor no país, ele declarou que será o Congresso que vai definir o contorno final das reformas.

Todo esse episódio teve o mérito de restabelecer o equilíbrio entre os três poderes de nossa República. O presidente da República, por maior que seja seu apoio popular e sua vontade de mudar o país, deve respeito à Constituição. O maior risco para a democracia - e é a História que nos ensina isso - é quando um poder procura impedir o funcionamento de outros. Estávamos vivendo até agora no Brasil mem-

No livro "Fantastic Metamorphoses, Other Worlds" (não sei se tem traduzido) a autora Marina Warner lembra que Platão encerra a sua "República" com a descrição que Sócrates faz dos heróis de Homero escolhendo suas vidas futuras, ou os seres que suas almas habitarão depois da morte. Orfeu escolhe voltar como um cisne, Ajax um leão, Agamemnon uma águia. Muitos preferem reencarnações de acordo

grande personagem e outro, fazendo estágio como apenas ele. O mito socrático introduz a idéia de que se pode escolher nossa próxima vida (primeirão massagista da Gisele), mas o que fascina é a opção de Ulisses pela mediocridade reconfortadora, pela pacatez como um refúgio seguro. Ulisses não quer ser mais ninguém, quer ficar a salvo da vida e da História. Ao contrário de quem não

Verissimo

Transformações

dos de surpresa. A grande maioria dos funcionários públicos já estava acreditando que o Governo Lula, dado ao apoio popular que tem hoje e o caráter centralizador e autoritário do comando político PT, poderia até fazer chover no deserto. Mesmo com a forte resistência dos funcionários públicos, principalmente no todo poderoso Judiciário, esperava-se que o projeto do Governo, em discussão na Câmara dos Deputados, fosse aprovado em sua totalidade.

Mas a resistência às novas regras draconianas para aposentadoria dos funcionários públicos era maior do que as aparências, filtradas por uma imprensa favorável ao Governo, vinha mostrando. A ameaça de uma desestabilização nas carreiras típicas de Estado, que poderia ocorrer em função do corte radical nas aposentadorias de funcionários da Receita Federal, Banco Central e outros órgãos vitais ao funcionamento de um Governo moderno, criou as condições necessárias para que a coragem de se enfrentar um Governo autoritário aparecesse. O primeiro sinal desta mudança foi a intensidade da greve dos funcionários públicos, apesar do boicote da CUT oficial.

Em menos de 48 horas, a figura toda poderosa do ministro da Casa Civil e de seus operadores no plenário da Câmara de Deputados sofreu um forte abalo. O próprio presidente Lula sai chamuscado deste episódio, principalmente depois de ter declarado que somente Deus poderia impedi-lo de aprovar as reformas encaminhadas ao Congresso. Em Portugal, já mais humilde e respeitoso das regras democráticas

equilíbrio entre os três poderes de nossa República. O presidente da República, por maior que seja seu apoio popular e sua vontade de mudar o país, deve respeito à Constituição. O maior risco para a democracia - e é a História que nos ensina isso - é quando um poder procura impedir o funcionamento de outros. Estávamos vivendo até agora no Brasil momentos em que esta armadilha começava a preocupar o analista mais cuidadoso e menos partidário.

A nova proposta da Reforma da Previdência que circula hoje na imprensa, fruto deste movimento de resistência ao autoritarismo do Governo, tem, além do mérito do pluralismo, o fato de ser muito mais correta do ponto de vista do funcionalismo e do serviço público. Aumenta a idade para a aposentadoria, fixa um período mínimo de contribuições adequado, estabelece um prazo de permanência no cargo suficientemente grande para evitar as grandes maracutaías do passado e cobra contribuição dos aposentados para compensar a não-cobrança em tempos passados. Apesar de algumas indefinições na proposta alternativa divulgada, os grandes números sobre seu impacto no caixa do Tesouro não são muito diferentes da proposta do Governo.

Como se diz no interior, com essa nova proposta a sociedade mata dois coelhos com uma só cajadada: coloca o Governo em seu devido lugar e constrói uma Previdência pública mais eficiente e com menos privilégios indevidos.

Luiz Carlos Mendonça de Barros, economista e publisher do site (www.primeira leitura.com.br) e da revista Primeira Leitura. Ex-ministro das Comunicações e ex-presidente do BNDES

Angelo Passos

É possível evoluir

A Prefeitura de Vitória, gasta em média, R\$ 7 mil para reparar equipamentos danificados pela ação de vândalos em cada uma das 200 praças existentes na Capital. Se cada um desses logradouros tiver apenas um atendimento por ano, já se vão R\$ 1,4 milhão pagos pelos contribuintes de impostos. Essa quantia diz respeito apenas a equipamentos (bancos, alambrados, banheiros, etc). A conta da jardinagem (reposição de plantas furtadas, grama pisoteada, etc) é outra. Iluminação (reposição de postes, luminárias, fios) também é outra despesa.

Como sai caro para o cidadão de bem arcar com as consequências financeiras da sanha destruidora das pessoas anti-comunitárias. A Prefeitura de Cariacica gasta R\$ 40 mil a cada mês para recolocar tampas de bueiros surrupiadas (objeto preferido da gatunagem) e tampas destruídas de caixas coletoras de lixo. Na quarta-feira da semana passada, este mesmo município foi submetido a um "caladão", devido ao furto cabos telefônicos, fato que provocou paralisação das linhas. Os exemplos de destruição ilógica, mesclados ou não de furtos, estão em curso, em pleno século 21.

Uma das premissas pedagógicas universalmente aceitas é a de que educar é preparar o cidadão para a vida. É capacitá-lo a utilizar de modo mais proveitoso,

mais racional possível, os recursos que estão ao seu alcance. Então, atinge-se a estaca zero no demonstrativo educacional quando integrantes das comunidades chegam ao ponto de depredar instrumentos de uso essencial e público. O emprego do dinheiro público para reparo ou substituição de equipamentos deveria ocorrer apenas por defeitos funcionais, esgotamento da vida útil ou substituição por itens melhores. Fora disso é puro desperdício. É prejuízo injustificado.

É chover no molhado dizer que as primeiras vítimas do vandalismo são os próprios autores. Porém não são apenas eles. O problema é a agressão à comunidade, é o castigo imposto aos inocentes. Então, é principalmente sob esse aspecto que a questão precisa ser tratada.

A reação deve partir das vítimas, para saírem dessa condição. E de todos os cidadãos, para não serem co-niventes. Todos são afetados, pois recolhem impostos para usufruírem de equipamentos e serviços em funcionamento e com qualidade. Quem é usuário e paga imposto é atingido duas vezes.

Preparar pessoas para o convívio social e uma luta a ser travada no campo da educação. É tema para ser discutido, visando a ações programáticas concretas, no seio das famílias, nas escolas, nas empresas, nas igrejas, nos centros comunitários, etc. É possível evoluir.

■ e-mail: apassos@redgazeta.com.br

ção que Sócrates faz dos heróis de Homero escolhendo suas vidas futuras, ou os seres que suas almas habitarão depois da morte. Orfeu escolhe voltar como um cisne, Ajax um leão, Agamemnon uma águia. Muitos preferem reencarnações de acordo com seu passado. O corredor Atalanta quer voltar como atleta. O construtor do cavalo de Tróia quer ser uma artesã, com o mesmo ofício mas outro sexo. Um bufão escolhe voltar como macaco. Etc. Mas Ulisses, herói maior da Odisséia, prefere voltar como um homem comum. A alma de Odisseus escolhe o ser que os outros desprezaram para ocupar em sua outra vida: um bicho simples, um anti-Ulisses que nenhuma aventura tirará de casa.

Quem acredita em reencarnação e pesquisa sobre suas vidas passadas geralmente descobre que foi, senão um herói homérico, nunca menos do que um farrão, uma rainha ou um artista famoso. Ninguém admite ter sido um piolho ou uma faxineira em Versalhes. E todos têm um consolo para a sua atual condição: não passam de uma etapa, uma alma em transição entre um

que fascina é a opção de Ulisses pela mediocridade reconfortadora, pela pacatez como um refúgio seguro. Ulisses não quer ser mais ninguém, quer ficar a salvo da vida e da História. Ao contrário de quem não se conforma de não ter sido alguma coisa mais do que é, em algum lugar do passado, ele opta por não mais ser nem Ulisses nem coisa parecida no futuro.

O livro de Marina Warner é sobre transformações, a partir do poema "Metamorfoses" de Ovidio. Transformação como recurso literário, presente em todo tipo de narrativa desde os primeiros mitos até o realismo fantástico, e transformação como mágica e mistério, na outra História da Humanidade que coexiste com a história racional, ou em outras feitiçarias além das judaico-cristãs. O trecho que cita Ulisses é uma digressão sobre a transmigração das almas, a metamorfose final, mas gostei da idéia do nosso herói pedindo apenas sossego para a sua. Afinal, toda a Odisséia não passa da história de alguém querendo voltar para os braços da patroa.

FALE CONOSCO

A GAZETA: Rua Chafic Murad, 902, Ilha de Monte Belo, Cep 29050-901, Vitória (ES), Caixa Postal nº 01-0275.

HOME-PAGE:
www.redgazeta.com.br

ASSINATURA VIA WEB:
assinatura@redgazeta.com.br

Disk-Assinatura: 3321-8000

Serviço de Atendimento ao Assinante:
Grande Vitória: 3321-8699

DIRETOR COMERCIAL:
Márcio Chagas - Tel: 3321-8346
mchagas@redgazeta.com.br

GERENTE INDUSTRIAL:
Carlos Alberto Fante - Tel: 3321-8352
cfante@redgazeta.com.br

GERENTE DE MARKETING:
Mauro Eiji Yaginuma - Tel: 3321-8454
meiji@redgazeta.com.br

GERENTE DE CIRCULAÇÃO:
Carlos Augusto Guerson - Tel: 3321-8557
cguerson@redgazeta.com.br

GERENTE DE CLASSIFICADOS:
Marcelo Murad - Tel: 3321-8314
mbrumano@redgazeta.com.br

TELEFONES:
Geral: 3321-8333
Comercial: 3321-8346
Redação: 3321-8328/Fax: 3321-8632
Classitel: 3321-8600

SUCURSAIS NO ESPÍRITO SANTO:
Cachoeiro de Itapemirim: (28) 3526-4443 - (28) 3526-4447
Colatina: (27) 3721-0882 - (27) 3721-5722
Linhares: (27) 3371-7059 - (27) 3371-4118
Guarapari: (27) 3361-1835 - (27) 3362-0448
São Mateus: (27) 3763-2567 - (27) 3763-1833

REPRESENTANTES COMERCIAIS:
Rio de Janeiro/RJ: (21) 2491-1350
Solida Conceitual Ltda
solida@solidaconceitual.com.br

São Paulo/SP: (11) 3259-6111
Pereira de Souza & cia Ltda.
contatosp@pereiradesouza.com.br

Brasília/DF: (61) 226-6601
Pereira de Souza & cia Ltda.
zella@pereiradesouzadf.net

Belo Horizonte/MG: (31) 3411-7333
NS&A Minas Gerais -
nsamg@nsaonline.com.br

PREÇO DO EXEMPLAR:
ES/BA/MG: R\$ 1,50 de segunda a sábado e R\$ 2,00 aos domingos
Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília: R\$ 2,50.

PREÇO DA ASSINATURA:
ESPÍRITO SANTO:
Semestral única: R\$ 212,50; semestral parcelada: 3 vezes de R\$ 72,25; 4 vezes de R\$ 54,70; anual única: R\$ 399,00; anual parcelada: 4 vezes de R\$ 102,75; 6 vezes de R\$ 69,80; 8 vezes de R\$ 53,30.

OUTROS ESTADOS:
Semestral única: R\$ 355,40; semestral parcelada: 3 vezes de R\$ 129,50; 4 vezes de R\$ 99,70; anual única: R\$ 684,15; anual parcelada: 4 vezes de R\$ 180,30; 6 vezes de R\$ 125,50; 8 vezes de R\$ 94,60.

SERVIÇOS NOTICIOSOS:
Agência Folha (AF)
Agência Globo (AG)
Agência Estado de São Paulo (AE)
Associated Press (AP)
Fotos internacionais da Reuters



Grupo ainda atua, mas sem 'holofotes'

Na nova fase da missão, as operações policiais, que davam maior visibilidade aos trabalhos, foram substituídas pela análise de documentos e finalização de inquéritos

LÚCIA GARCIA

A pesar de a missão especial de combate ao crime organizado ter feito operações de impacto nos primeiros cinco meses de trabalho, atualmente o grupo de elite atua mais nos bastidores, sem holofotes. Não por acaso. O efetivo da equipe missão diminuiu de 192 para um número de agentes que a Polícia Federal (PF) não revela, mas que certamente é inferior à metade.

Os inquéritos da PF são conduzidos agora pela Delegacia de Combate ao Crime Organizado e Inquéritos Especiais (Delecoie).

Segundo o delegado de Polícia Judiciária da Polícia Federal Hélio Afonso Dias Leite, que gerencia a Delecoie, não existiria mais a necessidade de um grande número de agentes do Comando de Operações Táticas (COT) e de policiais rodoviários federais.

"Hoje todo efetivo da missão é lotado no Estado. Mas a quantidade não posso divulgar, por medida de segurança. Não temos grandes atividades externas, porque essa fase já passou. Mas internamente as ações, talvez, sejam as mais importantes. Agora nossa atividade está em juntar provas e analisar documentos. Mas se precisasse do COT ou de outros policiais eles seriam chamados", garantiu Hélio.

Rodízio

A equipe da Delecoie atualmente é gerenciada pelo delegado Hélio. Mas o grupo de elite já foi comandado por cinco delegados, nestes últimos 12 meses. O primeiro coordenador foi o delegado José Pau-



Retrospectiva

A missão especial de combate ao crime organizado foi criada no dia 12 de julho de 2002 pelo ex-ministro da Justiça Paulo de Tarso Ribeiro, como alternativa a um pedido de intervenção federal, arquivado pelo então procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro. A equipe de delegados e peritos federais e de procuradores da República, no entanto, começou atuar no Espírito Santo no dia 17. Inicialmente, veio para o Estado para encerrar os trabalhos em 90 dias. Devido à complexidade das investigações, no entanto, o então ministro Tarso prorrogou o prazo por

tempo indeterminado. O ex-presidente da Assembleia José Carlos Gratz foi o primeiro a ser denunciado pela missão, acusado de prática de crime contra instituição financeira. O ex-deputado Mateus Vasconcelos, o Mateusão, foi o alvo do maior número de denúncias: três, no total. Duas por desvio de verbas e uma por sonegação fiscal. O ex-governador José Ignácio Ferreira também é investigado pela equipe. Uma das ações contra ele gerou o bloqueio de seus bens.

Acompanhe os acontecimentos que envolveram a missão nestes últimos 12 meses:

2 0 0 2

J U L H O

CHEGADA



A equipe da missão - composta por 192 pessoas de todo o país - começa a chegar ao Estado. Eram delegados e peritos da Polícia Federal, homens do Comando de Operações Táticas (COT), policiais rodoviários federais, procuradores da República e agentes.

AMEAÇAS

Assim que a missão começou a atuar, conselheiros da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Espírito Santo (OAB-ES) revelaram que foram perseguidos e que eram alvo de ameaças. As intimidações atingiram também os juizes Alexandre Martins de Castro Filho e Carlos Eduardo Lemos Ribeiro, além do presidente da OAB-ES, Agesandro Pereira. Depois de um mês de trabalhos da missão, os procuradores também passaram a receber ameaças.

LE COCO

GRATZ

Gratz é acusado pela missão de crime contra instituição financeira. Os procuradores acusaram o ex-deputado de ter divulgado "informações falsas e prejudicialmente incompletas sobre a situação patrimonial e contábil" do Banestes, quando o processo de privatização foi iniciado.

SIMAN

A missão passou a investigar o desaparecimento do representante comercial mineiro Leonardo Siman - sumido deste dezembro de 2001. Um casal acabou preso, suspeito de participação no crime.

MEGAOPERAÇÃO



Agentes do COT e agentes federais do Estado apreendem documentos e computadores, em casas e escritórios de empresários que estavam sendo investigados.

DENÚNCIA

O ex-prefeito de São Mateus Rui Baromeu foi denunciado por crimes de lavagem de dinheiro, ocultação de bens, formação de quadrilha, corrupção ativa e fraudes em licitações.

EXECUÇÃO

A testemunha Manoel Corrêa foi executada, no presídio Monte Libano, em Cachoeiro. Ele estava preso na carceragem da PF, em Vila Velha, mas a instituição autorizou sua transferência para o presídio de Cachoeiro, onde foi assassinado assim que chegou. O fato gerou a exoneração do delegado Tito Caetano, que era superintendente da PF.

D E Z E M B R O

PRISÕES

A missão prende o empresário Carlos Guilherme Lima, acusado de ser o gerente financeiro do crime organizado. O coronel da PM Walter Gomes Ferreira também foi preso, suspeito de ser o braço armado do crime organizado. Lima continua detido no Mospes II, em Viana, e Ferreira está no presídio da Papudinha, no Acre.

GRAVAÇÕES

Gravações de conversas entre políticos e Carlos Guilherme Lima - divulgadas pela PF - indicam a venda de votos para privatizar o Banestes. Nas gravações também consta a voz do ex-secretário de Transportes Jorge Hélio Leal.

2 0 0 3

J A N E I R O

AGIOTAGEM

Em megaoperação, a missão desvenda esquema de agiotagem e lavagem de dinheiro. Os policiais do COT, que haviam saído do Estado, retornaram e participaram da operação, em vários escritórios e residências, em Vitória e São Mateus. O empresário Wilmar dos Santos Pereira e o advogado Aldano Lemos do Nascimento foram detidos, mas acabaram liberados pela polícia.

GRATZ

Gilson Gomes são reconduzidos à Assembleia Legislativa.

DENÚNCIA

Gratz é alvo de outra denúncia. Desta vez, por sonegação fiscal. O órgão também aponta a participação do empresário Franklin Plácido Campozana no crime contra a ordem tributária. Ambos eram sócios do Bingo do Canto. A Receita apurou que a empresa movimentou R\$ 7.320.090,60, no período de setembro 1997 a agosto de 2002. Mas as declarações de imposto de renda de pessoa jurídica indicavam uma receita bruta de R\$ 1.231.267,10.

A equipe de Detecção atualmente é gerenciada pelo delegado Hélio. Mas o grupo de elite já foi comandado por cinco delegados, nestes últimos 12 meses. O primeiro coordenador foi o delegado José Paulo Rubim Rodrigues, que ocupou a função de julho a setembro de 2002.

Em seu lugar ficou o ex-superintendente da PF, delegado Tito Corrêa, que acabou exonerado do cargo, em novembro. Com a saída de Tito, a missão passou a ser gerenciada pelo delegado Wallace Tarcísio Pontes, que era corregedor da PF no Estado. Ele ficou só um mês. No lugar de Pontes, veio o delegado José Maria Fonseca, que gerenciou o grupo por dois meses, mas retornou para Belo Horizonte, onde é lotado. Por último está o delegado Hélio.

Para a condução das ações na Justiça, o número de procuradores da República também sofreu alteração: aumentou de cinco para nove. Todos atuam, desde o início, sob o comando do sub-procurador da República José Roberto Santoro. Eles trabalham na Procuradoria Geral da República, em Vitória.

Nova ação contra Gratz e Ignácio no STJ

Na sexta-feira, os procuradores da missão especial protocolaram mais uma denúncia contra o ex-governador José Ignácio Ferreira e o ex-deputado José Carlos Gratz. A informação é do Ministério Público Federal. A denúncia foi protocolada no Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília, e envolve os dois em um suposto desvio de verbas durante a campanha eleitoral municipal de 2000.

Gratz já responde, no STJ, à acusação de participação em um suposto esquema de pagamento de propina que teria garantido sua reeleição para a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, em 2000. Ignácio, por sua vez, é réu no processo que investiga o empréstimo de R\$ 2,6 milhões tomado por ele no Banestes em 1998, após a campanha eleitoral daquele ano. A ação corre na Justiça Federal do Estado.

eram de ameaças. As informações atingiram também os juizes Alexandre Martins de Castro Filho e Carlos Eduardo Lemos Ribeiro, além do presidente da OAB-ES, Agostinho Pereira. Depois de um mês de trabalhos da missão, os procuradores também passaram a receber ameaças.

LE COCQ

O ex-superintendente da Polícia Rodoviária Federal (PRF), inspetor João Adilson Scalfoni, foi exonerado do cargo por ter sido filiado à Scuderie Le Cocq, de 1988 a 1989.

BOMBAS

Uma bomba de fabricação caseira explodiu no banheiro da sede da OAB-ES, em Vitória. Um mês depois, 14 bombas do tipo cabeça-de-nego foram encontradas no Aeroporto de Vitória, na Capital. Em março último, a OAB-ES foi alvo de nova ameaça de bomba, mas desta vez nada foi encontrado.

BLITZ



A missão começa a realizar a Operação Tolerância Zero, nas estradas federais. Foram apreendidos carros e armas, além de mercadorias que estavam em ônibus de excursão vindos do Paraguai.

PRISÃO

Em uma das blitzes, o capitão da Polícia Militar (PM) Fabrício da Silva Martins foi detido, em Cachoeiro, e autuado por receptação de carro roubado. Ele acabou expulso dos quadros da PM. Outros três PMs e o vereador de Itapemirim Itamar Ayub (PFL) também foram presos pelo mesmo motivo. Todos foram soltos depois.

A G O S T O

CRISE

No dia 1º de agosto ocorreu a primeira crise da missão especial. Os agentes federais ameaçaram parar os trabalhos porque não estavam recebendo as suas diárias. Uma semana depois, o Departamento da PF, em Brasília, anunciou o envio de R\$ 1 milhão para pagar despesas.

MICO

Dois agentes federais se recusaram a pagar a conta, de R\$ 97,00, da boate Lady Laura, em Vila Velha. Eles também teriam brigado com os seguranças do local. A PF, na ocasião, abriu sindicância.

PRISÃO

O ex-coordenador da missão, delegado José Paulo Rubim Rodrigues, revela a primeira prisão da missão. Era Manoel Corrêa da Silva Filho, principal testemunha contra o coronel da PM Walter Gomes Ferreira, no caso em que oficial é suspeito de tramar várias mortes de autoridades capixabas.

PARAÍSO FISCAL

Na primeira reunião dos procuradores da missão, eles confirmaram a existência de remessas ilegais de dinheiro para o exterior, que estavam sendo investigadas.

Agentes do COT e agentes federais do Estado apreendem documentos e computadores, em casas e escritórios de empresários que estavam sendo investigados.

CEMITÉRIO

A missão investiga um cemitério clandestino, no bairro Macafé, na Serra. O local teria sido usado para enterrar testemunhas de crimes.

CENTRAIS



Os agentes estouraram duas centrais telefônicas. Em todas elas havia envolvimento de detentos, que de dentro dos presídios faziam ligações por meio das centrais. Posteriormente, foram descobertas mais quatro.

MATEUSÃO

O ex-deputado Mateus Vasconcelos foi denunciado pelos procuradores. Ele é suspeito de ter desviado R\$ 156 mil da prefeitura de Conceição da Barra, em 1994.

S E T E M B R O

CLONE

Procuradores da missão têm seus telefones celulares clonados. Cartas anônimas relatavam o que eles falavam.

TRAGÉDIA

O inspetor da PRF Faride Sipaúba morreu tragicamente em um acidente de moto, em Palmas, Tocantins, quando retornava para assumir o lugar de Scalfoni, que havia sido exonerado do cargo.

O U T U B R O

DESFALQUE

O efetivo da missão é trocado. Saem os homens do COT e entram os delegados especializados e peritos. A principal mudança foi a saída do coordenador da missão, delegado Rubim. Em seu lugar ficou, temporariamente, o ex-superintendente da PF Tito Caetano. Atualmente, a missão é coordenada pelo delegado Hélio Leite.

N O V E M B R O

MENTIRA

O delegado Tito revelou que a missão seguiu pista falsa no caso Denadai. A notícia gerou críticas negativas da sociedade civil organizada, durante audiência com representantes do Ministério da Justiça e da Comissão de Direitos Humanos da Câmara federal, em Vitória. Na ocasião, o responsável pelo caso, delegado José Pinto Luna, desmentiu Tito.

umineiro. Os policiais do COT, que haviam saído do Estado, retornaram e participaram da operação, em vários escritórios e residências, em Vitória e São Mateus. O empresário Wilmar dos Santos Pereira e o advogado Aldano Lemos do Nascimento foram detidos, mas acabaram liberados pela polícia.

GRATZ

Os procuradores solicitaram prisão preventiva de Gratz e dos deputados Sérgio Borges, José Tasso, Gilson Gomes, Gilson Amaro e Marcos Gazzani, além dos empresários Carlos Guilherme Lima, Luiz Renato Tommasi Santos Neves e José Augusto dos Santos Neves, acusados de participação num esquema de propina para eleger Gratz presidente da Assembleia Legislativa, em 2000.

F E V E R E I R O

AFASTAMENTO

Os deputados Sérgio Borges, José Tasso, Gilson Gomes, Gilson Amaro, Marcos Gazzani, Fátima Couzi e Luiz Carlos Moreira são afastados da Assembleia, a pedido dos procuradores da missão, devido à acusação de recebimento de propina.

DEPUTADOS

Os procuradores da missão também pediram a prisão preventiva de Fátima Couzi e Luiz Carlos Moreira. Eles não estavam incluídos no pedido feito em janeiro.

PRISÃO DE GRATZ



A Justiça decretou a prisão do ex-deputado e ele acabou preso, pela missão especial, em São Paulo.

M A R Ç O

PRISÃO NO CASO DENADAI

O empresário e ex-policial militar Sebastião Pagotto se entregou à polícia. A missão especial o acusa de ser o mandante do assassinato do advogado Marcelo Denadai. Ele estava foragido desde dezembro, quando sua prisão foi decretada.

EXECUÇÃO



O juiz Alexandre Martins de Castro Filho foi assassinado. Poucas horas depois do crime, dois rapazes acabaram presos sob a acusação de participação no assassinato. Mas o executor Odessi Martins da Silva Júnior, o Lumbrigão, fugiu. O coronel Ferreira é suspeito de participação no crime.

REVIRAVOLTA

Os deputados Sérgio Borges, José Tasso e

por sonegação fiscal. O órgão também aponta a participação do empresário Franklin Plácido Campozana no crime contra a ordem tributária. Ambos eram sócios do Bingo do Canto. A Receita apurou que a empresa movimentou R\$ 7.320.090,60, no período de setembro 1997 a agosto de 2002. Mas as declarações de imposto de renda de pessoa jurídica indicavam uma receita bruta de R\$ 1.231.267,10.

APREENSÃO

Documentos são apreendidos na Prefeitura de Anchieta. A missão investigava envolvimento da prefeitura em fraudes licitatórias.

A B R I L

REINTEGRADOS

Os deputados Fátima Couzi, Marcos Gazzani, Gilson Amaro e Luiz Carlos Moreira são reintegrados à Assembleia, pela Justiça.

MATEUSÃO

Nova denúncia contra o ex-deputado Mateusão. Agora, por sonegação fiscal, entre 1999 e 2000, quando ele declarou à Receita 137.947,97, mas sua movimentação teria sido de 1.050.289,49.

PRISÃO

Acusado de dar o tiro de misericórdia no juiz Alexandre, Lumbrigão é preso.

LICITAÇÕES

A missão divulga que a PF estava investigando 77 prefeituras, suspeitas de participarem de licitações fraudulentas.

AMEAÇAS

Fiscais da Receita Federal também recebem ameaças de morte.

M A I O

IGNÁCIO

Ignácio é acusado de peculato, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro. A denúncia inclui sua mulher, a ex-secretária de Trabalho e Ação Social Maria Helena Ruy Ferreira; o cunhado dele e ex-secretário de Governo, Gentil Antônio Ruy; e o ex-coordenador da campanha eleitoral Raimundo Benedito de Sousa Filho, o Bené.

BLOQUEIO

A missão pede o seqüestro dos bens de Ignácio, para cobrir o rombo de R\$ 19 milhões na Coopetfes. A medida inclui Maria Helena, Gentil e Bené. Os bens foram indisponibilizados.

J U N H O

SONEGAÇÃO

Ignácio é alvo de outra denúncia formulada pela missão. Dessa vez, por sonegação fiscal. Ele teria sonegado R\$ 782 mil, conforme declaração de rendimento de 1998.

GRATZ

O ex-deputado é solto pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília.

J U L H O

SOORETAMA

A missão passou a investigar um esquema de desvio de verbas públicas em Sooretama. A denúncia foi feita pelo Ministério Público Estadual e envolve Gratz, o ex-diretor da Assembleia André Nogueira, e o ex-procurador da Casa João Marcos Lopes de Farias, entre outras pessoas.



Procuradores traçam o mapa do crime

Santoro, chefe da equipe do Ministério Público, afirma que, com base nas informações já levantadas, muitas ações e denúncias ainda serão apresentadas à Justiça

LÚCIA GARCIA

Há um ano comandando as ações dos procuradores da República que atuam na missão especial, o sub-procurador José Roberto Santoro avaliou como "bom" o trabalho do grupo de elite. Ele frisou, porém, que ainda há um cronograma de atividades a ser cumprido. "Faço uma avaliação sempre para frente, nunca para trás. Neste caso, ainda temos que percorrer alguns caminhos. Existe um cronograma que está sendo cumprido e agora estamos na fase das denúncias", destacou.

Santoro acentuou que os trabalhos dos procuradores surtirá resultados a longo prazo. "Quando chegamos no Estado, as pessoas perguntavam se nós iríamos concluir os trabalhos em 90 dias. Sempre respondi que não, porque as ações demandam tempo. Inicialmente, tivemos que articular a equipe. Agora, temos um conjunto de coisas e conseguimos recuperar o histórico do que aconteceu no Espírito Santo", relatou.

Mapeamento

Com ajuda de outros oito procuradores, Santoro afirmou que, nestes 12 meses de missão, foi feito um mapeamento do crime organizado no Estado. "Agora estamos vendo o que fazer com as informações. Estamos implantando um método de trabalho, que inclui peças de acusação, denúncias e ações, algumas inclusive que já foram recebidas pela Justiça", frisou o sub-procurador, referindo-se ao pedido do bloqueio dos bens do ex-governador José Ignácio Ferreira, determina-



Carlos Alberto da Silva

CONTINUIDADE

O procurador José Roberto Santoro afirma que as investigações ainda levarão tempo: 'Quando chegamos no Estado, as pessoas perguntavam se nós iríamos concluir os trabalhos em 90 dias. Sempre respondi que não'



Carlos Alberto da Silva

PREOCUPAÇÃO

Um dos pioneiros nas denúncias contra acusados de pertencerem ao crime organizado, o procurador federal Ronaldo Albo aponta agora a necessidade de atuação das polícias contra a 'jogatina' no Estado

Vereza diz que grupo trouxe Susp ao Estado

Para o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Cláudio Vereza (PT), a missão especial proporcionou vitórias para o Estado. Uma delas é o fato de o Espírito Santo ter sido o primeiro a aderir ao Sistema Único de Segurança Pública (Susp) - plano do Governo federal, destinado à área de Segurança Pública.

"A missão lançou as bases para a criação do Susp, plano de fundamental importância para reduzir a criminalidade. E o plano foi implantado aqui primeiro devido ao trabalho da missão, que também juntou as polícias Federal, Civil e Militar, o Ministério Público Estadual e Federal, a Receita Federal, enfim todos os órgãos públicos", destacou.

O presidente acentuou que essa união entre as forças estaduais e federais surtiu efeitos visíveis, nestes últimos 12 meses de missão especial. "As prisões que ocorreram e os processos que estão tramitando são uma prova disso", destacou, citando as prisões do ex-presidente do Legislativo José Carlos Gratz, do empresário Carlos Guilherme Lima e do coronel Walter Gomes Ferreira.

Destes, apenas Gratz conseguiu ser solto pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília. Mas na opinião de Vereza, este fato não vai atrapalhar o rumo das investigações. "Porque exis-

ens do ex-governador José Ignácio Ferreira, determinado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), em junho.

Santoro destacou a prisão do ex-presidente da Assembleia Legislativa José Carlos Gratz, como sendo a ação mais importante da missão especial. Mas criticou a soltura dele pela Justiça. "Tenho a firme convicção de que ele, solto, pode atrapalhar as investigações. A minha certeza é a tese de minha argumentação no pedido de prisão, que foi acatado pelo Tribu-

nal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), no Rio.

Jogatina

Autor de vários processos da missão, o procurador da República Ronaldo Albo também avaliou como positiva a atuação da equipe de combate ao crime organizado no Espírito Santo, nos últimos 12 meses. Ele, no entanto, ressaltou que ainda existem focos de resistência no combate ao crime organizado.

"A jogatina deveria ser

prioridade da missão, porque a Loteria do Estado do Espírito Santo (Loteres) ainda existe. Ela é uma autarquia estadual, criada pelo por Gratz, que controlava tudo. Esta estrutura está intacta. Por quê?", questionou.

O procurador frisou que a missão continua atacando a jogatina, mas "a máquina de dinheiro" continua funcionando. "Procuro alertar as autoridades e não há resposta. Por que será? Temos que cortar o dinheiro que vai para

o crime organizado. A Assembleia Legislativa poderia extinguir a Loteres, ou o Governo poderia revogar o decreto que dá funcionalidade a essa autarquia. Não compreendo onde está a dificuldade", cobrou Albo.

O procurador, no entanto, assinalou que a missão especial tem contribuído para unificar as forças locais e federais. "Neste ano de missão, destaco a integração entre o Ministério Público Estadual e o Federal. Assinalo também o

Judiciário, que se sensibilizou e passou a acreditar na seriedade dos trabalhos. Vejo com bons olhos essa união", avaliou Albo.

Ele frisou que a Receita Federal também se uniu no combate ao crime organizado. "Nós, do Ministério Público Federal, já tínhamos esse entrosamento com a Receita, que é nossa parceira para todas as horas. Mas com a atuação da missão, a união se fortaleceu mais", frisou Albo, que atualmente trabalha em Brasília.

Hartung: 'Missão prendeu famosos'

Na avaliação do governador Paulo Hartung (PSB), a missão especial de combate ao crime organizado apresentou resultados positivos nestes 12 meses de atuação no Espírito Santo. Ele destacou que o combate à impunidade foi a ação mais importante.

"A missão especial quebrou o ciclo vicioso da impunidade no Estado. Aquela idéia de que os poderosos, os ricos, os políticos famosos podiam fazer o que bem entendesse foi varrida. Aquele sentimento de desânimo que as pessoas de bem tinham diante daquela calamidade, arbitrariedade, que se instalaram nos últimos anos, quebrou", frisou Hartung.

Segundo o governador, o sentimento que a socieda-

de tem hoje é de que os crimes estão sendo investigados. "Pessoas famosas acabaram na cadeia. Era impensável imaginar que gente que estava no centro do poder do Estado fosse responder a um processo, fosse ter de contratar advogado caríssimo para se defender", enfatizou.

Investigações

Ele ressaltou, porém, que há ainda muita coisa para ser feita. "O sentimento de impunidade está distante do Estado. Uma prova disso é que estamos investigando muito mais rápido. Porém, evidentemente, precisamos derrubar esses indicadores de crimes contra a vida", ponderou o governador.

Hartung também desta-

cou que a missão proporcionou a união das forças locais e federais no combate ao crime organizado. "A maior fragilidade que a gente tinha, e tem, na área de segurança no combate ao crime organizado e ao narcotráfico, é a fragmentação dos governos. É aquele negócio de a Polícia Militar não trabalhar com a Civil. Estas, por sua vez, não atuam com a Polícia Federal e a Rodoviária. O Ministério Público do Estado não convergir com o Federal. Então, busquei na missão meu secretário de segurança", revelou.

O primeiro a ser convidado para assumir o cargo foi o sub-procurador José Roberto Santoro. "Mas ele não pode aceitar o convite porque a sua carreira não

permite que se desloque para um cargo desse. Ele, então, indicou o Rodney Miranda, que permitiu essa integração entre os poderes", assinalou Hartung.



Carlos Alberto da Silva

Integração

O governador revelou que secretário de Segurança foi indicado por Santoro

não vai atrapalhar o rumo das investigações. "Porque existem novas apurações em curso", assinalou o deputado, sem entrar em detalhes.

Ele também frisou que a missão conseguiu realizar bons trabalhos devido à ajuda da sociedade civil organizada. "O segredo de tantas vitórias está na sociedade, que se mobilizou exigindo o combate à corrupção, à impunidade, à violência. A união fez a força", frisou.



Carlos Alberto da Silva

UNIÃO

Para o presidente da Assembleia, a reação da sociedade foi fundamental

SOCIEDADE

Iriny destaca nova auto-estima

Integrante do Fórum Reage Espírito Santo - entidade que apoiou a intervenção federal no Estado -, a deputada federal Iriny Lopes (PT) também fez um saldo positivo da missão especial. Ele frisou, porém, que a sociedade é a principal responsável pelo desempenho do grupo de elite. "Foi a sociedade capixaba que deu uma lição para o Brasil. Ela se articulou e agiu. Mas a presença da missão criou um ambiente de ânimo e ajudou o capixaba a recobrar sua auto-estima", assinalou a parlamentar. A deputada concluiu afirmando que a sociedade deve continuar "observando" a missão. "Foi um grande avanço da missão, mas nós devemos cobrar o fortalecimento do grupo, que sofreu redução em seu efetivo. Também é preciso apoio o trabalho da equipe", assinalou.

Agesandro: 'O inimigo não morreu'

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional do Espírito Santo (OAB-ES), Agesandro da Costa Pereira acredita que a missão especial vem realizando um trabalho expressivo no Espírito Santo. Segundo ele, o Estado passou os últimos dez anos submetido ao império do crime organizado, infiltrado no Governo e nas instituições estabelecidas.

"Todos queremos o fim do crime organizado, mas como disse o escritor sagrado: 'Há um tempo para plantar e um

tempo para colher'. Plantamos, com o Fórum Reage Espírito Santo, quatro anos atrás, e só fomos obter uma resposta governamental depois de três anos", disse, referindo-se à determinação federal de implantar uma força-tarefa só para tratar de desmandos no Estado.

Apesar de reconhecer os progressos efetivos no combate ao crime organizado, o presidente da OAB-ES deixa claro que "o inimigo continua forte". "Não temos a ilusão

de que vencemos a guerra, mas estabelecemos posições expressivas nesse combate", comparou, acrescentando que essa luta não está muito próxima da "colheita".

"A limpeza do Espírito Santo vai demorar algum tempo, porque vemos que, apesar de tudo o que foi feito, algumas pessoas ligadas ao crime ainda ocupam cargos públicos da maior expressão, ainda têm assento nos pináculos das instituições", observou Agesandro.

Ele lembrou também que toda a campanha está sujeita a percalços. Analisou o assassinato do juiz Alexandre Martins como sendo mais um desses reverses sofridos por aqueles que lutam por uma sociedade mais justa.

"Quando iniciamos essa luta, estávamos conscientes de que sofreríamos retaliações. Apesar disso tudo, sabemos que esses ideais têm custo", declarou, lembrando que ele foi - e continua sendo - vítima de ameaças.



Carlos Alberto da Silva

ATENTO

Presidente da OAB afirma não ter a ilusão de que a guerra foi vencida



Mudança radical na Segurança

Secretaria pretende investir, principalmente, no aparelhamento do setor de Polícia Técnica, para melhorar as perícias criminais realizadas no Estado

Uma radical mudança na 'cara' da Segurança Pública no Espírito Santo. Isso foi o que propôs o secretário Rodney Rocha Miranda, quando assumiu a pasta, há quase seis meses. Até o início de agosto, ele deverá apresentar o novo Plano de Segurança Pública para o Estado.

"Algumas das ações já estão sendo postas em prática, desde que assumi a Secretaria. Mas o plano integral está em fase de final de ajustes", informou o secretário de Segurança Pública.

Entre as ações previstas estão o

completo aparelhamento da Polícia Técnica - "que no Espírito Santo praticamente não existe. O que temos aqui, é graças aos esforços de quem trabalha na área", segundo o secretário -, a criação de um laboratório para exames de DNA, a compra de novos veículos para as polícias Civil e Militar e o aparelhamento técnico-científico

das duas instituições.

Investimentos

"Para isso, temos uma verba de R\$ 15 milhões, além de outros R\$ 7 milhões, restantes de um convênio assinado pelo Governo anterior. As verbas serão utilizadas para viabilizar esses planos", declarou Rodney Miranda.

Na área de presídios - âmbito da Secretaria Estadual de Justiça (Sejus) -, cerca de R\$ 31 milhões serão aplicados, somente este ano, em melhorias no sistema prisional capixaba. A informação foi passada no mês de maio, pelo secretário Luiz Moulin.

Estão previstas a conclusão da Penitenciária Feminina de Viana,

da Penitenciária Regional de Colatina, conclusão e ampliação do Mosesp II - presídio de segurança máxima do Estado -, construção de dois presídios de segurança média no Espírito Santo, reformas e ampliações de unidades prisionais já existentes, além da construção de unidades regionais específicas para menores.

Há ainda, a previsão, por parte do Departamento Penitenciário Nacional, da construção de um Presídio Industrial no município da Serra. O projeto do presídio já está em poder do departamento.



Chico Guedes

A GARANTIA FOI

dada pelo secretário de Segurança Pública, delegado federal Rodney Rocha Miranda

Guerra ainda está na metade

"A guerra contra o crime organizado está chegando apenas à metade e precisa ser vencida em nome do bem para a sociedade capixaba. A missão especial venceu muitas batalhas, mas precisa continuar a trabalhar com o mesmo ímpeto com que foram iniciados os trabalhos, no ano passado". A declaração foi feita pelo secretário de Segurança Pública, Rodney Rocha Miranda, ao



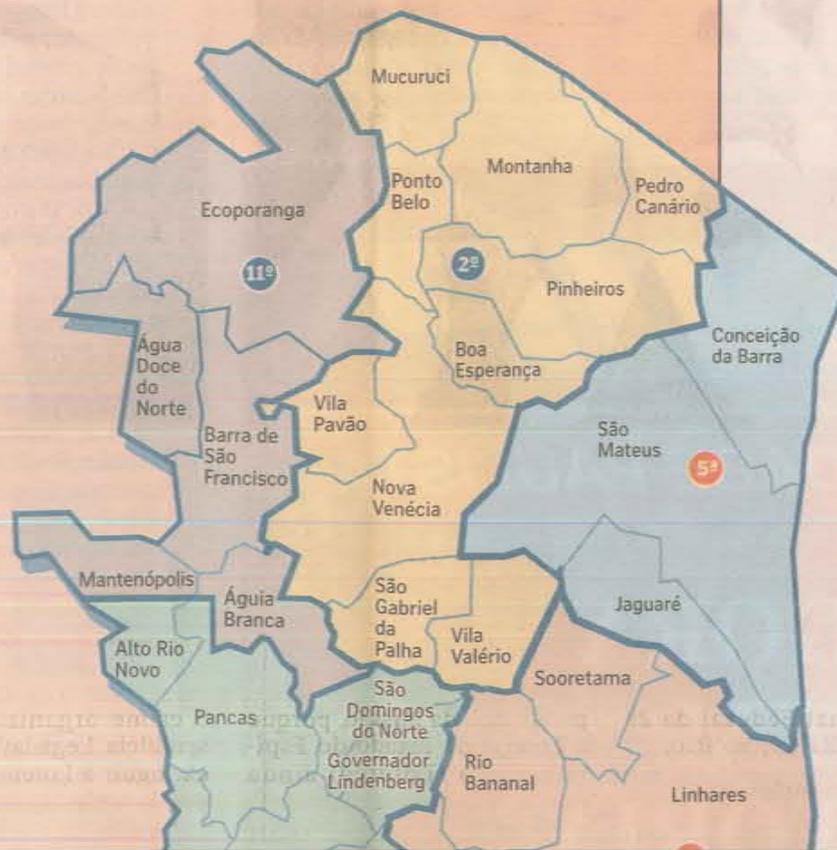
A Polícia no Estado

A Polícia Militar tem, hoje, 7.373 homens atuando em todo o Estado. Parte deles estão na área administrativa, podendo ser deslocados para operações policiais quando necessário. A Polícia Civil tem efetivo de 1.745 homens.

Legenda

- BPM
- Cia Ind

- 1º BPM Com sede em Vitória, tem oito companhias e 641 policiais
- 2º BPM Com sede em Nova Venécia, tem três companhias e 310 policiais
- 3º BPM Com sede em Alegre, tem três companhias e 282 policiais
- 4º BPM Com sede em Vila Velha, tem sete companhias e 661 policiais
- 5º BPM Com sede em Aracruz, tem três companhias e 244 policiais
- 6º BPM Com sede na Serra, tem oito companhias e 425 policiais
- 7º BPM Com sede em Cariacica, tem sete companhias e 640 policiais
- 8º BPM Com sede em Colatina, tem três companhias e 347 policiais
- 9º BPM Com sede em Cachoeiro de Itapemirim, tem quatro companhias e 515 policiais
- 10º BPM Com sede em Guarapari, tem duas companhias e 203 policiais
- 11º BPM Com sede em Barra de São Francisco, tem duas companhias e 194 policiais



Fábio Vicentini

CARLOS EDUARDO

Ribeiro Lemos afirmou que a sociedade colaborou com a missão ao fazer denúncias

Juiz destaca colaboração

"A vinda da missão especial para o Espírito Santo é um marco importante em nossa história. Houve uma concentração de esforços para combater o crime organizado e a criminalidade no Estado. Nunca tivemos tanto amparo federal para isso", declarou o juiz da Vara de Execuções Penais de Vitória, Carlos Eduardo Ribeiro Lemos, comentando sobre os trabalhos da missão especial do Ministério da Justiça, após um

...u muitas batalhas, mas precisa continuar a trabalhar com o mesmo ímpeto com que foram iniciados os trabalhos, no ano passado". A declaração foi feita pelo secretário de Segurança Pública, Rodney Rocha Miranda, ao comentar sobre o primeiro ano de atuação da missão especial no Espírito Santo.

Segundo Rodney, a decisão do Governo Federal em criar a missão para atuar no Espírito Santo, no combate ao crime organizado, aconteceu pela forma como o Estado era visto em Brasília.

"A imagem era a mais negativa possível. A impressão que tínhamos era de que o Espírito Santo era mais do que uma terra sem lei. Era uma terra onde a lei estava a serviço do crime organizado e que as questões aqui eram resolvidas à bala", disse.

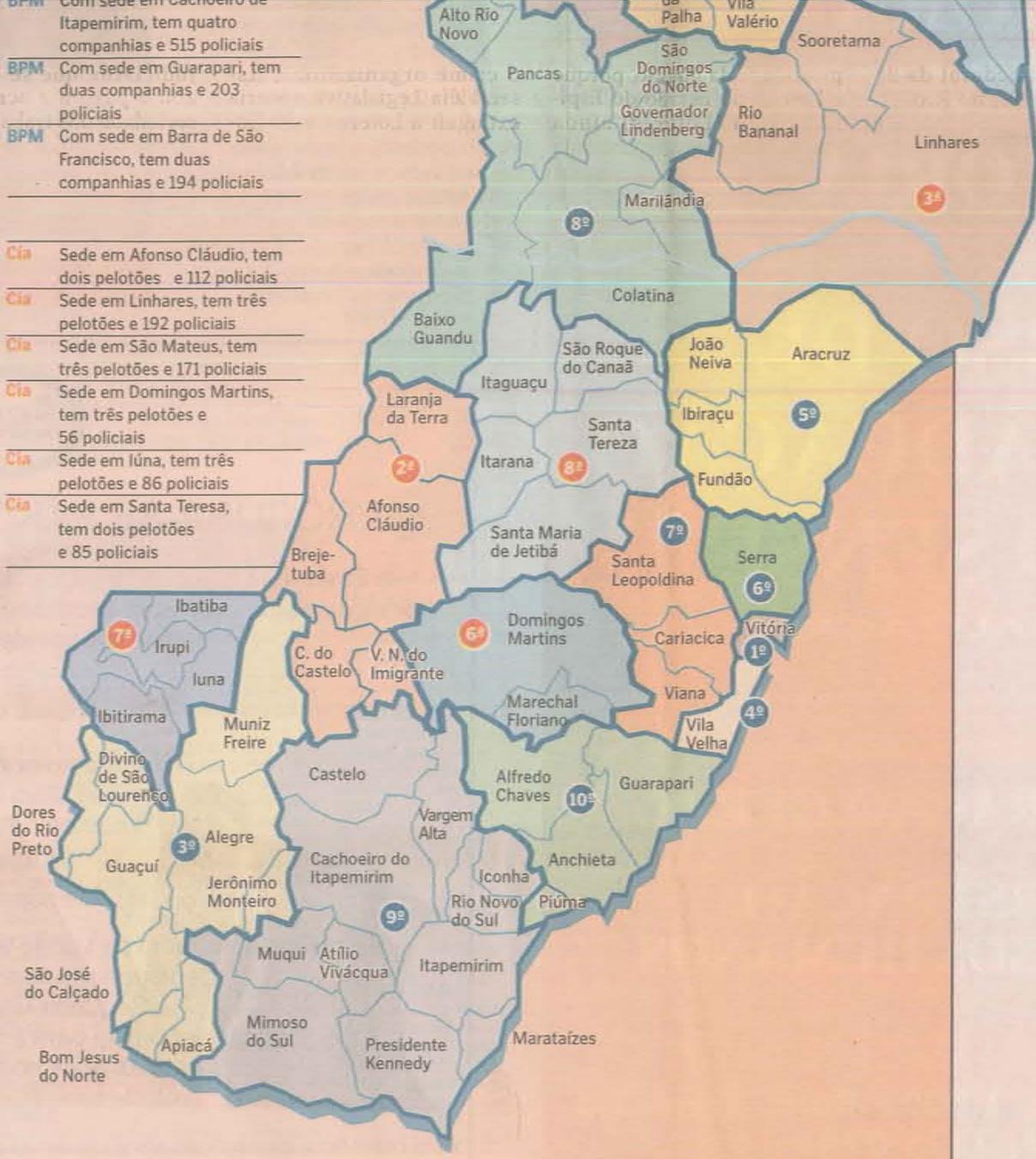
"O Espírito Santo teve muita sorte com a designação do procurador Roberto Santoro como chefe da missão especial. Ele realizou excelentes trabalhos no Maranhão, Acre e Tocantins", continuou Rodney Miranda.

O secretário fez um balanço positivo do primeiro ano de trabalho da missão, mas voltou a insistir que o empenho deve continuar a ser o mesmo do início: "Sinto uma certa acomodação nesse momento. A Polícia Federal precisa mandar mais efetivo para cá, pois nossa Superintendência não tem condições de suprir, sozinha, as necessidades".

"A sociedade civil precisa continuar a cobrar a mesma força de trabalho e determinação da missão especial. Os reveses ocorridos recentemente, como a revogação de algumas prisões, não devem esmorecer os esforços realizados", concluiu.

- 10^o BPM Com sede em Cachoeiro de Itapemirim, tem quatro companhias e 515 policiais
- 11^o BPM Com sede em Barra de São Francisco, tem duas companhias e 194 policiais

- 2^a Cia Sede em Afonso Cláudio, tem dois pelotões e 112 policiais
- 3^a Cia Sede em Linhares, tem três pelotões e 192 policiais
- 5^a Cia Sede em São Mateus, tem três pelotões e 171 policiais
- 6^a Cia Sede em Domingos Martins, tem três pelotões e 56 policiais
- 7^a Cia Sede em Iúna, tem três pelotões e 86 policiais
- 8^a Cia Sede em Santa Teresa, tem dois pelotões e 85 policiais



Fonte: Polícia Militar

A Gazeta/Ed. de Arte

...nizado e a criminalidade no Estado. Nunca tivemos tanto amparo federal para isso", declarou o juiz da Vara de Execuções Penais de Vitória, Carlos Eduardo Ribeiro Lemos, comentando sobre os trabalhos da missão especial do Ministério da Justiça, após um ano de atividades do grupo.

"A missão especial provocou uma maior união entre as polícias Civil e Militar, ao valorizar o trabalho de investigação e policiamento ostensivo feito por elas. Foram realizados investimentos em melhorias técnicas das duas polícias. Em suma, houve uma maior aproximação das polícias com o Poder Judiciário, num exemplo para o Brasil todo", continuou o juiz.

"Devido a tudo isso, considero extremamente positivo o trabalho desenvolvido pela missão especial aqui no Espírito Santo. Os resultados obtidos contra o crime organizado são visíveis", disse Carlos Eduardo Lemos.

"Cada vitória é o início de um novo trabalho. Temos a consciência de que não vamos nos livrar do crime organizado da noite para o dia. Mas vamos continuar lutando para atingir esse objetivo, que é extirpar o crime organizado do Espírito Santo", afirmou o magistrado.

Carlos Eduardo Lemos fez questão, ainda, de exaltar a ajuda recebida, pela missão especial, diretamente do povo capixaba: "A coragem desse povo é algo digno de nota. Cerca de 90% dos resultados obtidos até agora pela missão especial foram conseguidos através de denúncias feitas pela sociedade. Esperamos continuar contando com essa força, na continuidade dos trabalhos de investigação", concluiu.

Morte de magistrado foi o revés da missão

O principal revés do trabalho da missão especial foi o assassinato, no dia 24 de março, do juiz Alexandre Martins de Castro Filho, que trabalhava em parceria com a equipe de procuradores que investiga o crime organizado no Estado. Ele foi morto com três tiros quando chegava na Academia Belle Forme, em Itapoã, Vila Velha.

O juiz era conhecido entre os

colegas pela seriedade com que conduzia as investigações sobre os suspeitos de envolvimento no crime. Um exemplo foi a transferência, em dezembro do ano passado, do coronel da reserva da PM Walter Gomes Ferreira para a Casa de Prisão Especial de Rio Branco, a Papudinha, no Acre.

O crime causou comoção no país, motivando a vinda do Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, ao Espírito Santo. No mesmo dia do crime a po-

lícia prendeu dez pessoas suspeitas de envolvimento no assassinato. Entre elas estavam os dois sargentos da Polícia Militar.

Dois dias após o crime, a polícia identificou Odessi Martins da Silva Júnior, o Lumbrigão, como um dos assassinos. Ele só foi localizado no dia 20 de abril, em Itararé, Vitória. No inquérito concluído pela Polícia Civil, Lumbrigão e Gilliard Ferreira de Souza, o Gi foram denunciados como os autores dos tiros.

Foram denunciados como co-autores Leandro Celestino dos Santos, o Pardal, e André Luiz Barbosa Tavares, o Yoxito.

Como intermediários, foram denunciados os sargentos da PM Ranilson Alves da Silva e Heber Valêncio, além do suspeito de tráfico Fernandes de Oliveira, o Fernando Cabeção.

O juiz foi assassinado ao sair de sua caminhonete, em frente à academia. Ao receber o primeiro tiro no peito, o juiz ainda tentou sacar

sua pistola e dar tiros nos assassinos, mas caiu e foi executado com tiros no ombro e na cabeça.

Em abril, Alexandre Martins completaria cinco anos de serviço na magistratura do Espírito Santo. Atualmente o processo que apura o crime está em fase de sumário de acusação. Um outro inquérito foi aberto pela Polícia Civil para apurar os mandantes do crime.



Obras da Petrobras na região de Palmito e Palmitinho, área rural de Jaguaré, na divisa com São Mateus, Norte do Estado, devem transformar o local num novo pólo industrial e turístico. Pesquisa da Futura mostra que a maioria dos capixabas está cortando gastos devido à crise.

Petróleo leva progresso ao Norte do Estado

Localidades ganham asfalto e energia, o que deverá gerar um pólo industrial

GUSTAVO BELESA

O progresso chegou às localidades de Palmito e Palmitinho, área rural de Jaguaré, na divisa com São Mateus, Norte do Espírito Santo. Região agrícola e concentradora do petróleo capixaba conti-

mental, as duas localidades estão recebendo obras de infra-estrutura - asfalto, energia elétrica e gás natural - que facilitarão o surgimento de um pólo industrial e de turismo, avaliam prefeitos, produtores rurais e moradores.

Para atender ao incremento da atividade petrolífera e agilizar o escoamento da produção, a Petrobras e a Prefeitura de Jaguaré estão asfaltando 18 quilômetros de estrada de terra para ligar a Rodovia BR 101 Norte à Fazenda Alegre, maior campo de petróleo do Estado.

Além disso, a estatal insta-

lou uma rede de energia elétrica de alta tensão e uma subestação com capacidade de 5 MW (megawatt), que pode atender a uma cidade com mais de 16 mil habitantes. Também será implantado um gasoduto, que levará o gás natural da Foz do Rio Doce, em Linhares, à Fazenda Alegre.

As localidades de Palmito e Palmitinho são produtoras de café, eucalipto, coco, mamão, mandioca, pimenta, gado e petróleo e tem cerca de 100 pequenos produtores. A estrada que passa por essa região liga às praias de Urussuquara e Barra

Seca, em São Mateus, a Pontal do Ipiranga, em Linhares.

Benefício

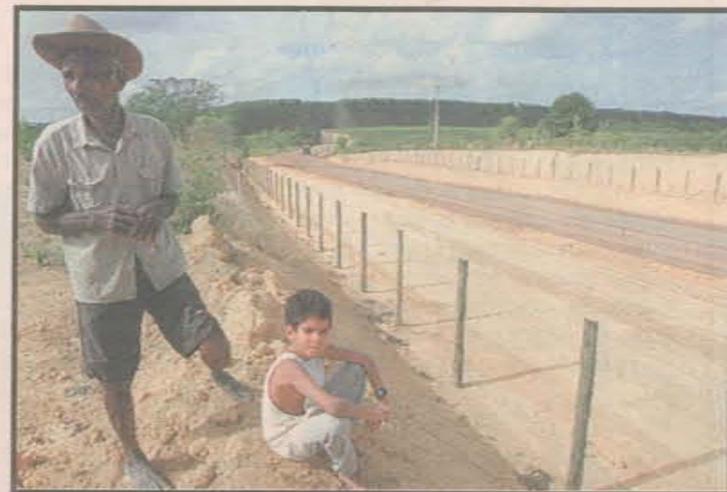
Para o pequeno agricultor Wilson Souza, de 78 anos, o asfalto trará progresso e beneficiará a expansão da região. Morador da localidade de Palmito há 60 anos, "seu" Wilson foi um dos desbravadores daquele local, abrindo a primeira estrada no facão.

"Tudo era difícil antigamente. Era preciso andar 40 quilômetros a pé ou no lombo de animal para chegar em São Mateus. Agora vai ficar bom", comemora o agricultor, na beira do asfalto, com a terceira geração da família.

Com jeito desconfiado e sotaque de homem da roça, seu Wilson diz ainda que o asfalto está valorizando a terra e vai facilitar o escoamento de sua produção.

O comerciante Aloízio Belo da Silva também comemora a obra de asfaltamento e cobra a instalação de quebra-molas na estrada. Segundo ele, há um movimento intenso de caminhões carregados com petróleo - são cerca de 100 carretas por dia circulando naquela área - e será preciso dar segurança para os moradores e estudantes da localidade.

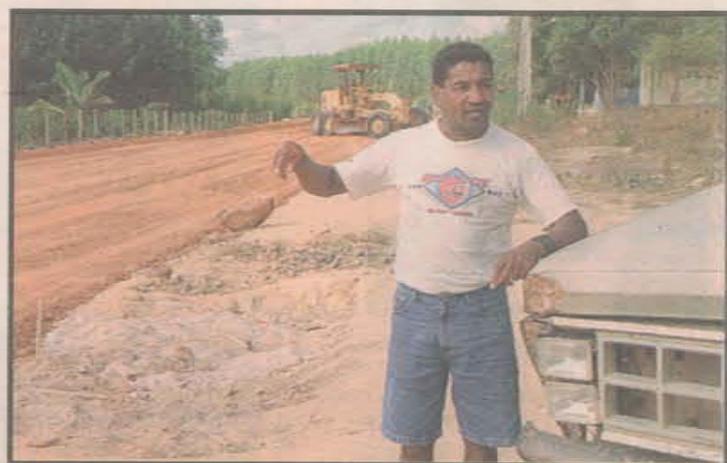
Já o pecuarista Fernando Catelan ressalta que o asfalto está valorizando suas terras, facilitando o escoamento do rebanho e reduzindo o frete



Fotos de Gildo Loyola

Wilson Souza, 78 anos, foi um dos desbravadores da região e comemora a obra

Acesso



Segurança

O comerciante Aloízio Belo da Silva pede um quebra-molas na nova estrada



UNIP

UNIVERSIDADE PAULISTA

AGORA
EM
VITÓRIA

AGORA EM VITÓRIA

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

(ESPECIALIZAÇÃO)

ADMINISTRAÇÃO GERAL

ADMINISTRAÇÃO
DE RECURSOS HUMANOS

Av. N. 5ª. da Penha, 1.800 – Barro Vermelho
Tel.: (27) 3325 0244

...e será preciso dar segurança para os moradores e estudantes da localidade.

Já o pecuarista Fernando Catelan ressalta que o asfalto está valorizando suas terras, facilitando o escoamento do rebanho e reduzindo o frete do transporte. Mas para ele, o maior benefício é o fim da poeira da estrada. "Essa poeira prejudica muito a produção agrícola", comenta.



Valorização

Já o pecuarista Fernando Catelan ressalta que o asfalto está valorizando suas terras



PROCURA-SE PARCEIRO DE NEGÓCIOS

A Esso está buscando parceiros para operação de Postos de Serviços com excelente localização e elevado potencial de vendas na cidade de Vitória / ES

A Esso oferece:

Treinamento operacional completo
Suporte administrativo e logístico para operação
Produtos de última geração

A Esso espera de você:

Experiência no ramo de varejo e no gerenciamento de negócios
Dedicação exclusiva para o negócio
Segundo Grau completo
Capital disponível para investimento de R\$ 200 mil
Garantias reais no valor de R\$ 250 mil

Para obter ficha de inscrição envie um e-mail para postos.centronorte@exxonmobil.com ou envie um fax para 0xx27 3340-0068 informando seu nome e número de fax com título VIT 02 - PARCEIRO DE NEGÓCIOS até o dia 25/07/2003